

As Paróquias de Lisboa em tempo de liberalismo

O título destas linhas pode parecer, à primeira vista, demasiado largo e excessivamente “cultural”. Mas acabei por optar por ele, porque, de facto, o tempo que vivemos — e já o vivemos há uns duzentos anos — continua a ser caracterizado pela grande apetência de liberdade, nos seus vários aspectos, individuais, sócio-políticos, religiosos mesmo.

De 1820 a 1974, a sociedade portuguesa foi sucessivamente transformada por movimentos de sentido liberalizador, com concretizações diversas e nem sempre unívocas. Uma certa equivocidade deles manifestou-se precisamente na relação com a vivência religiosa. Como sabemos, em 1820 o primeiro liberalismo português pretendeu “regenerar” também o nosso catolicismo e, nesse sentido, tomou várias medidas de reforma eclesiástica, no respeitante ao clero secular e ao religioso, medidas essas que tiveram um acolhimento desigual, conforme as sensibilidades dos próprios homens de Igreja. Em 1834, com o triunfo definitivo dos liberais, tomaram-se medidas drásticas quanto à vida religiosa (proibição da masculina, extinção a prazo da feminina), tida como condicionante da liberdade individual dos seus membros. A partir de então, o catolicismo português, muito esbulhado no património material e assim reduzido nos efectivos pastorais (os religiosos só regressaram a partir de 1860, num quadro legal impreciso, e foram de novo expulsos por alguns anos em 1910), ficou dependente quase em exclusivo do clero secular, escasso e deficientemente preparado (os seminários tinham fechado e só foram abrindo, com muitas dificuldades aliás, na segunda metade do século), e, sobretudo, muito constrangido pelo Estado: todas as nomeações pastorais passaram a ser da alçada governamental.

A República de 1910 promulgou uma lei chamada de “separação” das Igrejas e do Estado (20 de Abril de 1911), que, de facto, pretendia mais do que isso. Não era só a desvinculação estatal em relação à religião o que

lá vinha. Queria-se também determinar a organização eclesial, prevendo a criação de associações culturais, sem a presença de bispos ou padres, associações estas que passariam a ser os únicos interlocutores religiosos reconhecidos pelo Estado e a quem poderiam ser concedidos os edifícios religiosos entretanto confiscados. A rejeição óbvia de tais condições por parte do episcopado e da grande maioria do clero e fiéis abriu um grave contencioso que só se foi sanando a partir de 1917.

Fosse como fosse, o certo é que o catolicismo português acabou por se encontrar mais livre e pastoralmente criativo a partir daí. A própria Concordata de 1940, concertando embora alguns pontos na relação Igreja-Estado, não alterou tal quadro de independência institucional, que continua a vigorar entre nós. A última afirmação “revolucionária” do nosso liberalismo, em 25 de Abril de 1974, encontrou uma Igreja suficientemente autónoma e capaz de seguir o seu caminho próprio na sociedade portuguesa, como serviço aos homens por iniciativa divina, que não impede, antes promove e capacita, a liberdade individual e pública.

Mas não foi só este percurso político a criar o liberalismo português. Juntaram-se outros factores de ordem económica e social igualmente relevantes. A urbanização que, a pouco e pouco, acrescentou a população citadina e simultaneamente requereu outra efectivação da cidadania e dos seus direitos: mais gente, mais intercâmbio de ideias e opiniões, mais debate, mais participação política. Foi também, lenta mas progressivamente, a industrialização do país: concentração de trabalhadores, novos modos de produção, outra relação entre o produto, o produtor e o consumidor. Estes dois factores (urbanização e industrialização) imperfeitamente somados e juridicamente mal acompanhados e aí tivemos — e temos — a “questão social”: emigração para os grandes e médios centros, graves deficiências habitacionais, desenraizamento de muitos, proletarianização de outros tantos, conflitualidade social e insegurança. Tudo isto com a sua caracterização epocal específica, certamente — 1820 não é 1870, 1870 não é 1910, 1910 não é 1930 ou 70 ou 90 —, e compelido e exacerbado pelo novo ideário e sentimento da liberdade: dos folhetos e proclamações do primeiro liberalismo à publicidade radiofónica ou televisiva de hoje, tudo se promete constantemente a cada um, como possibilidade e como “direito”.

Conquista real de cada homem e da humanidade em geral? Creio que sim, apesar de tudo. Mas, entretanto, despiste de muitos no aspecto sócio-cultural e, no que nos respeita agora, um enorme desafio pastoral.

Na situação de “Cristandade”, quer dizer, de coincidência institucional Igreja-sociedade, vivida até ao século XIX, a paróquia não era só o quadro religioso básico do país. Era também o seu quadro cívico, porque a religião era o primeiro artigo do credo social e a garantia da convivência pública.

“Nascia-se” para a comunidade como se nascia para a Igreja, isto é, na pia baptismal. E, pela vida fora, os momentos sacramentais paroquiais eram também os momentos da sociabilidade por excelência. Tal acontecia também por razões propriamente culturais: antes de ser um “indivíduo”, cada um era sobretudo um elo duma tradição a manter, tradição religiosamente tutelada e garantida. Ora, é isto precisamente que vai mudar com a mentalidade liberal. A pouco e pouco, de oitocentos para cá e hoje de modo radical, cada um é sobretudo um “indivíduo” — não logo uma “pessoa”, noção esta que já onera a individualidade com a responsabilidade e a solidariedade — um indivíduo, dizia, como vontade autônoma e auto-criação “ex nihilo”, arredio a condicionamentos e constrangimentos deste ou doutro mundo, que, a existirem, são geralmente mal vistos e suspeitos.

Num mundo assim, a paróquia, global, territorial e estável, foi sucessivamente posta em causa por uma sensibilidade fragmentária, desprendida e nómada: pela “nossa” sensibilidade.

Se lermos os comentários que este ou aquele autor católico faz à vida paroquial portuguesa no princípio deste século — ou seja, depois de quase outro de liberalismo — o tom é sempre o mesmo: a paróquia já não é o que era, ou seja, o enquadramento geral e religioso da vida comunitária; e, expresso ou latente, o desejo de que volte a sê-lo.

Oiçamos, por exemplo, o testemunho de Gomes dos Santos, no seu notável opúsculo de 1906, *O Catolicismo em Portugal*, texto imprescindível nesta ou em qualquer outra análise da nossa história eclesial: “Talvez seja o nosso o único país oficialmente católico onde os templos apenas se conservam abertos durante as primeiras horas da manhã [...] Os templos, em Paris, conservam-se abertos a toda a hora do dia, e mesmo de noite. Estão quase sempre cheios [...] Entre nós, sucede bem diversamente. Exceptuando algumas regiões do norte, onde o povo conserva o hábito da missa diária e da prática frequente dos sacramentos, no resto do país os templos estão quase sempre vazios. Na capital, com excepção de algumas capelas pertencentes a ordens religiosas, ao dia da semana ninguém vai à igreja; ao domingo a concorrência é fraca e nunca se vêem homens. Só mulheres. No sul do país, principalmente no Alentejo, pior ainda [...] Este indicador da vida religiosa dum país — a frequência dos templos — traduz para nós resultados desanimadores. Não surpreende esse registo. Dos cinco milhões de católicos que se atribuem a Portugal, nem um décimo são católicos práticos. A vida religiosa está confinada em algumas famílias católicas, tão raras, que se podiam contar a dedo. São elas que inalteravelmente figuram à frente de todas as iniciativas tendentes a realizar a beneficência e a caridade [...] São sempre as mesmas pessoas que frequentemente se aproximam da Sagrada Mesa ou ajoelham no confessionário. Essa clientela

católica, tão pequena, que, se as congregações quisessem organizar listas de nomes, não juntariam, reunidas todas, dez mil pessoas”¹.

É esta a desencantada constatação do denodado militante católico que foi Gomes dos Santos. Desgosta-o, especialmente, a comparação com a vitalidade do catolicismo parisiense. Catolicismo este, que, no entanto, estava a atravessar a crise aguda da separação Igreja-Estado. Em 1905, o governo francês denunciou unilateralmente a concordata estabelecida entre Napoleão e a Santa Sé no princípio do século XIX e previa-se para a Igreja francesa um enquadramento semelhante ao que se quis aplicar a Portugal em 1911, como vimos acima. Pois bem, estas mesmas circunstâncias haviam de mostrar a vitalidade interna do catolicismo francês e servir de exemplo para o que se passaria entre nós anos depois.

O Pe. Henri Lesêtre, pároco parisiense, publicou então *La Paroisse*, historiando a instituição paroquial desde a sua origem e equacionando o seu presente e futuro, face às novas circunstâncias sócio-políticas. Muitas das suas considerações teriam aplicação próxima entre nós, até porque a obra circulou e motivou aqui. Aponta algumas consequências da desoficialização da religião: o pároco deixa de ser considerado um funcionário público, tratado como tal pelo Estado e pela população; a Igreja passa a ter muito mais liberdade para se auto-organizar e distribuir pelo território, desvinculada como fica da organização político-administrativa. Mas, sobretudo, fica muito mais evidente o que os resquícios formais da Cristandade podiam esconder: era agora necessário assumir mais directamente a essência do ministério pastoral-paroquial, passando o pároco a ser antes de tudo ministro do Evangelho e formador de cristãos. Não eram tempos de manutenção, mas quase de instauração eclesial, de raiz. Oíçamos o Pe. Lesêtre, tal como foi ouvido também em Portugal no princípio deste século: “Sem dúvida alguma, o padre faz bem em ir ao povo, isto é, a todos sem excepção, para prestar a cada um os serviços possíveis, mesmo na ordem temporal. Desse modo, concilia os corações e exerce a caridade. Mas não actua assim senão para chegar ao principal, à instrução cristã, à comunicação da graça divina: estes são os principais benefícios que um pároco pode garantir ao seu rebanho”².

Depois, dá sugestões para uma pregação paroquial aplicada aos tempos e mentalidades, de gente prática e fugidia: “Se, em vez de pregar, o padre falar naturalmente, como bom pai falando aos seus filhos, hão-de gostar de

¹ GOMES DOS SANTOS, *O Catolicismo em Portugal*, Póvoa de Varzim 1906, 24-25. Actualizo sempre a grafia e uno os parágrafos, indicando-os com /.

² H. LESÊTRE, *La Paroisse*, Paris 1908, 256 (trad. minha).

ouvi-lo. A sua palavra acomodar-se-á às necessidades daqueles a quem se dirige, encontrará um eco fácil nas almas [...] Podem dizer-se tantas coisas úteis em poucas palavras, quando se tem diante de si um auditório que se conhece e ama! Em França, o povo tem sede de palavras; escuta de boa vontade todos os que prometem interessá-lo a qualquer título. Que grande meio de acção para os 34.000 párocos que, ao menos em cada domingo, podem fazer-se ouvir por uma parte notável da população!”³.

Após estas sugestões de evidente modernidade, o autor define o objectivo da paróquia em termos especificamente formativos: “A melhor paróquia não é aquela em que se distribuem mais sacramentos e onde se multiplicam mais os actos exteriores da religião; é aquela em que há mais cristãos que, ajudados por tais meios, mantêm e fazem crescer nas suas vidas a fidelidade ao dever, a lealdade, a franqueza, a bondade, a caridade, o desinteresse, o amor do sacrifício”⁴. E, mais abaixo, aconselha uma estratégia paroquial nova: “A paróquia francesa só dificilmente conseguirá, decerto, formar esse todo compacto que por vezes se encontra noutros lugares. Haverá sempre no seu seio diferentes grupos de contornos móveis, os praticantes sinceros, os cristãos incompletos, os indiferentes que só se lembram do seu catolicismo em raras circunstâncias, e enfim os que são estranhos a todo o pensamento religioso. A finalidade a atingir é conservar o primeiro grupo, aperfeiçoá-lo e aumentar-lhe progressivamente o efectivo à custa dos outros. Para isso tenderão os esforços do pastor”⁵.

Embora o ideal fosse ainda — mais ou menos longínquo — o de chegar a todos a partir da paróquia, já se percebia e urgia a formação pessoal e séria de cada cristão, começando pelos mais próximos para chegar aos mais afastados. Do quadro tradicional da paróquia como lugar de culto e simbolização religiosa duma sociedade crente transitava-se, por condicionamentos externos e razões internas, para uma paróquia ponto de partida para a evangelização do meio, em círculos concêntricos a alargar progressiva e solidamente.

Mas em Portugal, como vimos já pelo testemunho de Gomes dos Santos, havia, antes de mais, de recuperar o espaço paroquial. Apesar das leis republicanas, a maioria das igrejas manter-se-ia aberta ao culto, mas as alterações públicas tinham-se somado ao individualismo religioso, agravando umas e outro o abandono das paróquias e a sua troca por outros lugares de devoção ou conveniência. Num texto de 1915, intitulado precisamente

³ *Ibidem*, 256-257.

⁴ *Ibidem*, 257.

⁵ *Ibidem*, 258.

A paróquia citadina, essa grande figura sacerdotal que foi, na paróquia dos Anjos e depois no Seminário dos Olivais, Monsenhor Pereira dos Reis, descrevia assim a situação: “... tudo concorreu para cavar entre o povo e a paróquia um verdadeiro abismo. O pároco já não é hoje na cidade o centro de atracção em volta do qual, nas aldeias, se movem as almas dos paroquianos a quem ele conhece pelos seus nomes e cuja vida se lhe desenrolou sob o olhar amigo./ O isolamento do pároco é operado em proporção notável pela mesma organização da vida nas grandes cidades, com o carácter flutuante das suas populações, e a indiferença com que uns aos outros se encontram na escada os vizinhos do mesmo andar, e o número aterrador dos desenraizados da sua aldeia e da sua família, acorrendo ao centro populoso para tentar fortuna ou esconder as suas vergonhas./ Para os próprios católicos quase não existe a noção de paróquia, da qual se lembram unicamente para as formalidades administrativas do baptismo, do casamento ou do óbito na família./ À Missa paroquial assistimos na Igreja ou capela que mais próxima nos fica de casa; e quando para tal frequentamos a Igreja própria, nada a ela nos prende, a não ser porventura a rotina”⁶.

Estava o diagnóstico feito, com lucidez sócio-religiosa bastante. Mas Pereira dos Reis não se conforma com tal estado de coisas e urge a revitalização paroquial: “É indispensável travar a decadência da vida paroquial./ Na organização da Igreja católica, a paróquia é certamente, o órgão extremo da hierarquia, mas é, por igual, a sede plástica e vibrátil da mais intensa actividade religiosa”⁷.

“A sede plástica e vibrátil da mais intensa actividade religiosa”: interessante e certa esta definição da paróquia. Plástica, certamente pela sua capacidade de adaptação e absorção dos circunstancialismos de tempo e espaço; vibrátil pelo seu cariz fortemente vivencial, ali onde os sentimentos básicos e definitivos, do nascer ao morrer, têm tradução religiosa imediata.

Por tudo isto, tinha de se reforçar a vida paroquial, substituindo critérios individuais por outros propriamente eclesiais: “... é mister que os paroquianos cerrem fileiras em torno do seu pastor, não segundo os seus méritos pessoais, por muitos que sejam, mas porque é na sua freguesia o representante da hierarquia católica, de quem recebe a missão, por intermédio do seu Bispo./ A frequência da Igreja paroquial, constitui naturalmente o meio mais apropriado a estreitar relações com o Pároco respectivo: frequente-se, pois, a Missa paroquial”⁸.

⁶ P. R., *A paróquia citadina*, in *Vida Católica*, 5 de Outubro de 1915, 91-92.

⁷ *Ibidem*, 92.

⁸ *Ibidem*.

Como o seu colega francês, também Pereira dos Reis sabia que a vida paroquial não se podia reduzir ao culto. Que se devia desdobrar em obras de formação e apostolado, envolvendo os paroquianos como coisa verdadeiramente sua: “Mas a frequência da Missa dominical, sendo muito, não é tudo em assunto de vida paroquial. / Em quase todas as freguesias de Lisboa, funcionam obras católicas, quer de piedade, quer de apostolado. / Nelas devem interessar-se os católicos de cada freguesia. As obras paroquiais estão longe de ser qualquer coisa de accidental e facultativo: muito ao contrário, são essenciais e constituem a própria vida da paróquia, a qual para outro fim não existe senão para criá-las e mantê-las. / Tão pouco são pertença do Pároco, embora este lhes consagre o melhor do seu esforço e da sua actividade. As obras paroquiais são da paróquia, que fica, e não do Pároco, que passa. / Aos católicos, a quem de facto pertencem e a quem aproveitam, incumbe o dever de amá-las entranhadamente, de as conservar com esmero e de zelosamente promoverem o seu maior desenvolvimento”⁹. Retenhamos este ponto do texto de Pereira dos Reis: revitalizar a paróquia, reforçando a ligação de todos ao seu pároco e a frequência do culto paroquial; mas não resumir tal revitalização ao papel do pároco, antes aprofundar o protagonismo laical nas diversas actividades apostólicas, como coisa propriamente sua — já aquilo a que se chamou depois corresponsabilidade.

Por esses mesmos anos, o Patriarcado tinha em D. João Evangelista de Lima Vidal, arcebispo de Mitilene, um incansável promotor da vida religiosa nos seus vários aspectos. Em 1920 publicou também umas considerações oportunas sobre a vida paroquial na diocese, insistindo especialmente no aspecto litúrgico. Como os precedentes — Gomes dos Santos e Pereira dos Reis — continua a lamentar o depauperamento da vida paroquial, e encontra duas causas principais: a mobilidade da população e a fuga para as capelas: “A vida da paróquia, principalmente na cidade de Lisboa, está muito enfraquecida, e para isso concorrem razões de diferente natureza, mas principalmente a instabilidade da população na capital [...] caras novas que aparecem e desaparecem segundo os tempos das mudanças de casa. / Além disto, já por um espírito de elite, já por dificuldades e circunstâncias diferentes da vida, tem aumentado ultimamente, de uma maneira que começa a causar uma certa inquietação, aquilo a que poderíamos chamar, com exagero, a transferência da paróquia para as casas particulares [...] / Os oratórios particulares ou domésticos, como também os breves de sacrário, multiplicam-se extraordinariamente em Lisboa, de

⁹ *Ibidem*, 92-93.

maneira que já se podem citar ruas onde há dois, três e mais ainda [...] / Ultimamente até se têm dado licenças para administrar o baptismo em casas particulares”¹⁰.

Mas se constata e deplora tal prática, que diminuía gravemente a vida paroquial, o arcebispo não deixa de exigir também a melhoria de qualidade desta. A resposta ao problema não podia ser repressiva, tinha de ser convincente: “Convém evitar, tanto quanto possível, esta derrocada da paróquia, que está tanto na alma da Igreja Católica. É claro que, da parte da paróquia, também deve haver o esforço e o cuidado de não fazer cair em desgosto pela sua insipidez e pela sua mudez. Se a porta da igreja paroquial, como acontece muitas vezes, se encontra trancada a sete ferrolhos durante a maior parte do dia, se na igreja não há calor, se não há som, senão talvez o som da moeda nos arcazes da sacristia, então os fiéis fogem e aborrecem a freguesia e tratam de satisfazer a sua devoção e os seus deveres religiosos da melhor maneira que podem”¹¹.

E o grande desafio continuava a ser o da formação religiosa. “Descobria-se” cada vez mais o estado de profunda ignorância dos que se diziam católicos em relação às verdades mais elementares do seu credo. Desde meados de oitocentos que isto se tornava evidente e vários patriarcas vinham insistindo na necessidade da catequese e da instrução paroquiais, uma vez que já não bastavam — se é que alguma vez tinham bastado — os meios tradicionais de transmissão da fê, como o teriam sido a família e o próprio meio ambiente.

Num texto de 1921, o mesmo arcebispo de Mitilene já dá conta de alguns avanços neste aspecto: “Houve um tempo (forçoso é confessá-lo, e para que serve esconder ou disfarçar as coisas ?) em que o ensino religioso das crianças e dos adultos era um pouco descurado em algumas paróquias, por todo este nosso País fora [...] Ora, também debaixo deste ponto de vista, as cores do quadro têm mudado bastante. Nas paróquias de Lisboa, como eu tenho visto pelos meus próprios olhos [...] a instrução religiosa das crianças faz-se ao mesmo tempo com método e com insistência, tendo e chamando os párocos, para os auxiliarem nesta árdua tarefa, elementos preciosos e cheios da melhor boa vontade de prestarem à Santa Igreja o concurso de que ela tanto precisa debaixo deste ponto de vista. E será raro, raríssimo, já não digo o pároco, mas mesmo o capelão que, à missa dos domingos e dias santificados, não se volte ao Evangelho para os fiéis e para

¹⁰ JOÃO, ARCEBISPO DE MITILENE, *A liturgia e a Paróquia*, in *Vida Católica*, 5 de Janeiro de 1920, 122-123.

¹¹ *Ibidem*, 123.

os pequeninos que pedem pão — e não lhes ministre o forte e sublime alimento da palavra de Deus que salva as almas”¹².

Generalização da catequese e da homilia nas paróquias. Hoje isto parecer-nos-á tão normal que nos poderemos admirar com o contentamento do prelado em 1921... Mas era mesmo uma relativa novidade entre nós na altura. A própria regularidade dos horários das missas era também novidade, diz o arcebispo: “Há alguns párocos que já têm adoptado a importante resolução de dizerem a sua missa à mesma hora. Desde que os fiéis saibam que, numa certa e determinada hora, encontram missa nesta ou naquela igreja, nunca faltará, graças a Deus, assistência ao Santo sacrifício dos nossos altares. Custa e há-de custar muito a entrar neste bom caminho, mas enfim o nosso dever é insistir, e já alguma coisa se conseguiu”¹³.

A vida urbana, dispersa e fluída, exigia de facto uma referência paroquial mais estável, para poder ser pólo de atracção e encontro dos crentes. Como requeria ainda — insiste o mesmo prelado — que se olhasse sempre mais pelo ambiente dos templos e pela irradiação sócio-caritativa: “Também me parece que deve favorecer muito a concorrência dos fiéis às igrejas, o facto de estas não fecharem muito cedo, e não serem algo frias e mudas durante o tempo em que se conservam abertas [...] Não dormir, trabalhar sempre, com a força e a calma de Deus, e sobretudo, neste grande momento [refere-se a uma certa revivescência sócio-religiosa no pós-primeira guerra mundial], prosseguir nas obras de beneficência social, que hão-de meter o Evangelho no coração de todos”¹⁴.

Esta vontade de reabilitação da vida paroquial, de modo a recuperar tanto quanto possível o lugar central que tivera outrora, continuou a preponderar na pastoral subsequente. Deu-se particular atenção ao aperfeiçoamento da liturgia paroquial, no sentido da sua correcção formal e da participação dos fiéis, para evidenciar mais o seu carácter eclesial. Entramos assim no longo e fecundo episcopado do Cardeal Cerejeira (1929–1971) e no grande apostolado litúrgico de Monsenhor Pereira dos Reis, que com o seu magistério no Seminário dos Olivais, a partir de 1931, e com vários escritos e encontros sobre o mesmo tema, tanto contribuiu para a renovação do panorama celebrativo das nossas paróquias.

De 13 a 20 de Fevereiro de 1932, por exemplo, realizou-se em Lisboa uma Semana Litúrgica, sob a égide do Cardeal Cerejeira e com a

¹² JOÃO, ARCEBISPO DE MITILENE, *A vida católica do Patriarcado de Lisboa*, in *Vida Católica*, 1 de Agosto de 1921, 39.

¹³ *Ibidem* (cont.), in *Vida Católica*, 25 de Outubro de 1921, 55.

¹⁴ *Ibidem*, 55–56.

participação de Mons. Pereira dos Reis, D. António Coelho e outras figuras de primeira plana do movimento litúrgico português. Numa das conferências, o prior da Encarnação (Lisboa), Pe. Joaquim Francisco da Silva, lançava várias sugestões para a revitalização celebrativa das paróquias, que tiveram grande acolhimento na altura. Começou por saudar Mons. Pereira dos Reis, que tanto fizera pela promoção das paróquias e agora continuava esse trabalho formando os futuros párocos. É de reter a referência: “Começo por lamentar que fosse a minha incompetência incumbida de tratar este assunto. Quem estava em óptimas condições para o fazer era o Sr. Dr. Pereira dos Reis que tem sido apóstolo incansável da Liturgia e o defensor intemerato e persistente do espírito paroquial. Com que ardor, com que paixão e, quase tinha tentação de dizer, com que furor tem S. Ex^a feito ver aos fiéis a obrigação que têm de frequentar a sua igreja paroquial. Falo em meu nome, mas estou convencido de que nenhum dos meus colegas levaria a mal se eu dissesse que interpretava a opinião de todos sentindo que Mons. Pereira dos Reis já não se encontre nas fileiras do clero paroquial, que tanto honrou e realçou. Consola-nos, porém a certeza de que continuará a ser, como dantes, o propagandista autorizadíssimo do espírito paroquial e de que, em certo modo, não saiu da nossa classe quem de pároco passou a ser Formador de Párocos”¹⁵.

Tal revitalização da paróquia seria antes de mais uma necessidade eclesiológica. Quer em Pereira dos Reis, quer agora no conferente, tratava-se de redescobrir a Igreja tal como ela se realizava nos diversos níveis do seu ser dogmático-existencial. Por isso cita Beauduin, grande pioneiro do movimento litúrgico: “A basílica de S. João de Latrão, a catedral da nossa diocese, a igreja por mais modesta que seja da nossa paróquia, diz D. Beauduin, beneditino, são três símbolos das três sociedades espirituais hierarquicamente unificadas, às quais todo o católico deve pertencer. A Igreja católica romana, a sua diocese, a sua paróquia”¹⁶.

Mas seguem-se as sugestões práticas. A crescente colaboração das senhoras, por exemplo: “A actividade feminina, inspirada pelo amor a Nosso Senhor, é verdadeiramente engenhosa e prodigiosa. Não a vemos nós patente noutros ramos de serviço que tanto contribuem para o luzimento das solenidades litúrgicas, como são as catequeses e as Scholae Cantorum, já tocando, já cantando, já ensaiando as crianças, cujos cânticos, insensivelmente, vão depois sendo aprendidos e executados pela massa dos

¹⁵ J. F. DA SILVA, *A vida litúrgica da paróquia*, conferência na Semana Litúrgica (13-20 de Fevereiro de 1932), in *Vida Católica*, Março, Abril e Maio de 1932, 271.

¹⁶ *Ibidem*.

fiéis, o que tanto brilho dá às funções religiosas? Assim se habituam todos a cantar, não só em vernáculo mas também em latim, até mesmo Missas inteiras como a de Daumont (chamada de Lourdes) e a dos *Anjos*./ Há até Igrejas entre nós em que um numeroso grupo de meninas e rapazes alterna com o clero a salmodia da Semana Santa./ E nesta participação da vida litúrgica dos fiéis está um dos meios mais eficazes de *atrair os paroquianos à igreja*¹⁷.

Seria interessante acompanhar mais de perto todas as sugestões e considerações do prior da Encarnação. Não o faremos para não sobrecarregar este esboço, mas retenhamos o que me parece principal: estava razoavelmente adquirida a noção da centralidade da paróquia; também havia a consciência de que, para tal noção ter consequências práticas, urgia revitalizar a vida paroquial, nos vários aspectos da formação, do apostolado, da beneficência e da liturgia; estava-se a passar da liturgia do espectador para a liturgia do participante, da liturgia-teatro-concerto para a liturgia-celebração.

Tudo isto se passava dentro do objectivo genérico de reconstituir — ainda que noutra escala — a centralidade paroquial na vida da Igreja diocesana. Até muito perto de nós quase não se admitirá outra forma de pertença e presença eclesiais normais. Por isso se pretendeu, isso sim, tornar mais densa a quadrícula paroquial, diocesana e lisboeta.

Oiçamos o Cardeal Cerejeira, ao criar a paróquia de Santo Condestável — o ressurgimento católico dos anos dez e vinte tinha-se feito simbolicamente sob a égide de Nun' Álvares e, depois, de Nossa Senhora de Fátima, que foram titulares de novas paróquias da capital! — em 2 de Maio de 1934: “De há muito se vem fazendo sentir a necessidade, cada dia mais patente, de uma nova delimitação das circunscrições paroquiais na cidade de Lisboa. / Cerca de século e meio vai passado sobre a fixação dos actuais limites das freguesias; e, neste lapso de tempo, enquanto a cidade quase triplicou a cifra da sua população, transformaram-se por completo as condições da sua vida social. / Tais modificações na fisionomia do aglomerado urbano e citadino foram tendo, dia a dia, forçada repercussão na vida religiosa das paróquias, até sugerirem o pensamento da sua remodelação territorial. / Este pensamento tornou-se para o Clero e para os fiéis um *desideratum* mais duma vez levado à presença dos nossos dois últimos Predecessores, que o adoptaram e fizeram seu, resolvendo, em princípio, a remodelação da área das paróquias. / Circunstâncias diversas têm impedido, e, ainda neste momento, impedem que à resolução tomada se dê, em toda a sua amplitude, imediata execução. Torna-se, porém, de

¹⁷ *Ibidem*, 275.

urgência inadiável prover às necessidades espirituais da população de certas freguesias periféricas, em cujo território — compreendendo antigos arrabaldes da cidade até há pouco quase desabitados — se tem desenvolvido nestes últimos tempos notável actividade urbanizadora”¹⁸.

Ficamos a saber que a densificação da rede paroquial, especialmente na cidade de Lisboa, era urgência sentida já desde os tempos do Cardeal Neto, na viragem do século. Alude-se também a “circunstâncias diversas” que a vinham protelando. Não é difícil enumerar algumas, desde as perturbações político-religiosas do final da monarquia e dos primeiros tempos da república, à falta de padres e de centros para a sua formação, à carência de meios materiais, à necessidade de coadunar com as autoridades civis os perímetros das novas paróquias. Juntavam-se, entretanto, outros aspectos, derivados da nova concepção de vida paroquial, não apenas lugar de culto entre outros, mas centro atractivo e irradiante de vida cristã nos seus vários aspectos, internos e externos. Isso mesmo o dirá o Cardeal Cerejeira ao inaugurar a igreja de S. João de Brito, a 2 de Outubro de 1955 (alocução onde inclui a resenha das igrejas feitas e planeadas desde 1930): “Uma igreja paroquial não é apenas um lugar de culto. Como disse acima, é antes a célula viva da comunidade cristã. Não realiza a sua missão se não for centro de culto, sim, mas ainda de ensino, de apostolado, de beneficência, de recreação. Célula viva, nela se forma, cultiva, desenvolve, defende e difunde a vida integral católica”¹⁹. Ora, tudo isto significava construir muito mais do que um templo. Era preciso um conjunto de instalações, logo a seguir enumeradas: templo, presbitério, salas de catequese, salão paroquial, recreio, serviços assistenciais, campo de jogos ... Tudo a exigir mais espaço e mais dinheiro.

Pouco depois, em Novembro e Dezembro de 1955, realizou-se uma sondagem à assistência às Missas celebradas nas igrejas e capelas do Patriarcado. Foi o ponto de partida para uma leitura atenta do trabalho feito em termos pastorais e paroquiais e também para a avaliação ponderada do valor e limites da instituição paroquial.

Apresentando os dados do recenseamento, concluía assim o Pe. Manuel Franco Falcão (depois bispo auxiliar de Lisboa e actual bispo de Beja; era então figura de primeira plana em tudo o que dizia respeito ao estudo e orientação da acção pastoral no patriarcado): “Tudo se resume num número. No Patriarcado vão à Missa em cada domingo cerca de

¹⁸ D. M. G. CEREJEIRA, *Decreto* de 2 de Maio de 1934, in *Vida Católica*, Junho e Julho de 1934, 621-622.

¹⁹ IDEM, *Homilia* de 2 de Outubro de 1955, in *Lumen*, 19 (1955) 508.

300.000 pessoas, ou seja, 16,9% da população maior de 7 anos. Atendendo ao número de não católicos e dos legitimamente impedidos, a percentagem verdadeira não deve diferir muito dos 20%. É uma percentagem talvez superior ao que se esperava. Mas, mesmo assim, muito baixa. 80 em 100 pessoas faltam habitualmente ao cumprimento do preceito eclesiástico de ouvir Missa, apesar desse preceito ser urgido sob pena de pecado grave. / Porque serão tão poucos os fiéis que cumprem este preceito fundamental da vida cristã? / Certamente por ignorância da gravidade deste preceito; por ignorância do valor da Missa; por ignorância do sentido transcendente do Domingo cristão”²⁰.

Não seria propriamente uma conclusão do mesmo tipo, mas era ainda assim evidente: numa sociedade urbana em rápido crescimento, a paróquia já não desempenhava o papel tradicional de agregar, no culto ou no adro, a generalidade da população em dia festivo.

Mas foi o mesmo autor a escrever, num seu estudo de 1958, significativamente intitulado *A paróquia, sua crise, seu valor*: “Toda a vida da comunidade paroquial decorria [em séculos passados] pacificamente à sombra da Igreja que se elevava, como edifício mais imponente, mesmo quando modesto, no centro da povoação. Era na igreja paroquial que a comunidade cristã se reunia todos os domingos para louvar a Deus e ouvir a palavra do Evangelho; lá baptizava os seus filhos, casava os seus noivos, enterrava os seus mortos; à sua sombra se aprendiam as letras, se dirimiam as questões, se tomava conhecimento do que ia pelo mundo; no adro se assentavam as barracas da feira ou do mercado, se organizavam as festas religiosas que alegravam o coração do povo [...] Hoje a descrição que acabamos de fazer já não corresponde à realidade [...] Podemos mesmo falar em crise da instituição paroquial, já que não devemos falar da sua decadência. / A explicação desta crise encontrá-la-emos na rápida evolução da vida social verificada sobretudo de há dois séculos para cá. A base humana da paróquia transformou-se profundamente sem que a pastoral e as diversas instituições paroquiais acompanhassem o ritmo dessa transformação. Aonde foi mais rápida e mais profunda a transformação social, aí também mais aguda se fez sentir a crise da paróquia: nas cidades e nas zonas urbanas e industriais”²¹.

O autor analisa depois a cidade, que concentra populações mas descentra vidas: mora-se num bairro, trabalha-se noutro, convive-se, por

²⁰ M. F. FALCÃO, *Assistência à Missa dominical no Patriarcado de Lisboa*, in *Lumen* 21 (1957) 448-449.

²¹ IDEM, *A paróquia, sua crise, seu valor*, in *Lumen* 22 (1958) 379-380.

vezes, num terceiro ... Interesses e amizades, podem juntar-se mais à volta do emprego e outros interesses sociais do que na vizinhança; depois, as próprias paróquias vêem aumentar desmesuradamente a respectiva população, muito para além do convocável: “Com mais de 5 000 [almas] já se torna impossível o contacto pessoal entre o pároco e os paroquianos e o estabelecimento daqueles laços de tipo familiar que devem caracterizar a comunidade paroquial”²², acrescenta. Laicizou-se também a vida, que já não encontra nem na religião nem no culto a sua inspiração e simbolização imediata — muitas vezes, nem a remota: “Aconteceu com ela [a paróquia] o que, em escala mais vasta, aconteceu com a Igreja: perdeu a direcção e até a inspiração das actividades profanas da vida dos homens”²³.

Com tudo isto, não se trata agora de “conservar” mas de “reconquistar”, exigindo outra atitude às próprias paróquias: “Uma nova necessidade surgiu para as paróquias dos países descrentizados e para a qual estão ainda mal preparadas: a de serem missionárias”²⁴.

Nada disto infirma para o autor o valor da paróquia, em que encontra, aliás, sinais de vitalidade e futuro: mais participação litúrgica, mais vida sacramental, mais apostolado leigo, especialmente o ligado à Acção Católica, e novas tendências urbanísticas, tendentes a constituir pequenos núcleos populacionais auto-suficientes dentro da grande cidade. Para continuar, afirmando a esperança no futuro da paróquia, com realce para o contributo fundamental da sua territorialidade: “Este rejuvenescimento da paróquia, (que me parece será um dos traços mais característicos da vida da Igreja na 2ª metade do século XX, como a A.C. o foi na primeira metade), é prova evidente da sua vitalidade radical. Aprofundando mais a natureza da paróquia, vamos encontrar, precisamente numa das suas características mais discutidas, um dos fundamentos da sua importância: na sua territorialidade”²⁵. E explicava porquê: porque a territorialidade enquadrava o conjunto dos fiéis dando a cada um o seu pastor próprio; porque reconhecia e promovia as relações de vizinhança; e porque realizava a catolicidade eclesial, irmanando as pessoas na diversidade dos estatutos sociais²⁶.

Este precioso texto de Manuel Falcão — talvez o melhor balanço e a mais lúcida perspetivação da realidade paroquial lisboeta em meados

²² *Ibidem*, 380.

²³ *Ibidem*, 381.

²⁴ *Ibidem*, 382.

²⁵ *Ibidem*, 382-383.

²⁶ Cf. *ibidem*, 383.

deste século — termina com uma definição de paróquia em três itens: “1º - É uma comunidade cristã agrupando indivíduos e famílias que têm de comum o serem membros da Igreja e viverem num aglomerado residencial de dimensões restritas [...] 2º - É uma comunidade católica. A sua catolicidade sob o ponto de vista social consiste em reunir os homens independentemente de tudo quanto os possa diferenciar quer nas situações e actividades propriamente religiosas quer nas profanas [...] 3º - É uma comunidade cristã baseada numa comunidade humana. A paróquia não poderá ser perfeita enquanto houver desencontro entre as duas comunidades ou enquanto a comunidade humana não puder existir como tal”²⁷. Cada um deste itens vem, aliás, acompanhado de sugestões práticas para párocos e arquitectos, de modo a realizarem tais definições da paróquia: todo o artigo ainda hoje se pode ler com um interesse não apenas histórico.

Não foi desligada desta reflexão a grande remodelação paroquial da cidade de Lisboa, decretada pelo Cardeal Cerejeira em 25 de Março de 1959. O que se visava com ela era — ainda — conseguir enquadrar em comunidades paroquiais mais pequenas e melhor providas de clero a população urbana em geral. Di-lo o próprio patriarca, pedindo o concurso de todos: “O esforço que se exige é grande. Esforço de adaptação, primeiro, onde ela tiver lugar. Esforço de generosidade para a imprescindível e pesada tarefa de construção, em breve espaço de tempo, de uma vintena de igrejas. Esforço de aprofundamento da pastoral para o clero que, mais numeroso no futuro, assim o esperamos, e com paróquias mais pequenas a cargo (que o não esmaguem de trabalho nem iludam com o espectáculo das igrejas cheias) possa dar-se à conquista do número ingente dos afastados e à edificação espiritual do número crescente de praticantes. Esforço de integração na obra de todos por parte dos Institutos Religiosos que a Nossa Cidade abriga. Esforço, finalmente de vitalização espiritual e irradiação apostólica para os fiéis que, em comunidades mais bem organizadas e unidas, possam ser imagem viva daquelas comunidades cristãs dos primeiros tempos”²⁸.

A 15 de Dezembro seguinte publicava o Cardeal Cerejeira uma carta pastoral sobre “o grave problema das igrejas no Patriarcado de Lisboa”, onde se concretizam algumas das indicações do decreto anterior e se elucidam mais circunstanciadamente os seus propósitos, exigências e perspectivas. Reforça-se primeiro o lugar da paróquia: “É com efeito toda

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ D. M. G. CEREJEIRA, *Decreto de 25 de Março de 1959*, in *Lumen* 23 (1959) 287.

a experiência da Igreja a confirmá-lo. Sem sacerdote e lugar de culto, um centro de evangelização, formação, comunhão e irradiação, a Igreja não será implantada. Com ele, haverá lugar para todas as formas de apostolado; sem ele, elas resultarão ineficazes. Faltar-lhe-á o quadro natural para conservar e desenvolver a vida cristã”²⁹. Mas, para que assim pudesse realmente acontecer, era necessário remodelar a quadrícula paroquial da cidade, desenvolvendo-a de modo a torná-la apta a enquadrar as respectivas populações. Eram assim os números visados pelo prelado lisbonense, números interessantes para recordar aqui: “Pela remodelação decretada [a desse ano de 1959] foram criadas 15 paróquias, unidas 2 a outras e suprimida 1, o que eleva o número a 61. Houve em vista duas coisas: que as paróquias fossem descongestionadas, alcançando-se que não ultrapassassem em média a escala de 14.000 paroquianos (o que já era muito, sem ser bastante), e que a sua área fosse delimitada pelas divisões naturais ou urbanísticas ‘de forma a cada uma poder realizar, quanto possível, o ideal da comunidade humana e cristã’. / Esta divisão é apenas a primeira fase do plano paroquial da Lisboa Nova. Está já concluído o estudo de uma segunda fase (e só espera oportunidade de ser executado): a erecção de mais 9 paróquias; o que fará subir o seu número para 70. A sua criação imediata reduziria a média geral a cerca de 12.000 por paróquia. / E está em elaboração o estudo das zonas a urbanizar segundo o Plano Director [da capital], — a terceira fase — o qual trará, de harmonia com os critérios estabelecidos, mais 13 paróquias novas [...] A Lisboa Nova está prevista para uma população redonda de 1.100.000 pessoas, com 83 paróquias. Se o Plano Director for realizado como foi concebido, a média de pessoas por paróquia não deve ultrapassar a casa dos 13.000”³⁰. Mais adiante, este documento refere já uma necessidade cada vez mais sentida em meio urbano, a pastoral supra-paroquial: “Da observação ecológica dos aglomerados citadinos, quer dizer, da análise da sua estrutura, resulta este facto: a unidade psicológica da cidade. A cidade é mais do que uma soma de bairros, é um verdadeiro e complexo organismo. E este facto comanda a necessidade duma pastoral supra-paroquial. Como recentemente notava o Pe. Dingemans na revista de pastoral *L’Union*, a pastoral urbana não pode ser concebida como ‘a soma das actividades semelhantes duma rede paroquial extensa”³¹.

²⁹ *IDEM*, *Carta pastoral* de 15 de Dezembro de 1959, in *Lumen* 24 (1960) 53.

³⁰ *Ibidem*, 57-58.

³¹ *Ibidem*, 61.

Era este o sonho de 1959 para a cidade de Lisboa: 83 paróquias com cerca de 13.000 habitantes em média para cada uma, servidas por mais padres, à volta de mais templos; e, além disto, uma pastoral de conjunto que respondesse à natureza própria da grande cidade como tal...

Sonho que, em grande parte, não se conseguiu realizar. Meia dúzia de anos depois, já o Cônego Manuel Falcão — que tão ligado estivera aos projectos de 1959 — devia reconhecer, falando na I Assembleia do Clero do Patriarcado, realizada em Lisboa de 26 de Setembro a 1 de Outubro de 1966: “A rede de paróquias precisa de ser ajustada às realidades populacionais profundamente alteradas pelos fenómenos da imigração e urbanismo. O redimensionamento paroquial da cidade de Lisboa — em parte frustrado pela falta de igrejas — e a criação de algumas novas paróquias, não resolveram o problema”³². E se não se conseguira adensar satisfatoriamente a quadricula paroquial também não se avançara muito no reforço interno da participação e movimentação dos seus membros, continuava o mesmo orador: “Finalmente analisou a vida das paróquias, com os serviços e actividades que asseguram, fazendo notar que ‘tudo isso, que talvez seja o essencial, carece, para pleno rendimento pastoral, de profundidade teológica, integração orgânica e extensão aos sectores e actividades não suficientemente cobertos. Muitos problemas estão por resolver, alguns nem sequer sentidos’. E a título de exemplo refere: a inserção orgânica dos leigos através de um conselho paroquial, uma pastoral missionária, o catecumenato, a preparação para o matrimónio, a renovação da pastoral dos sacramentos, etc”³³.

Em suma, dificuldade em executar o programado ainda antes do Concílio, dificuldade porventura maior em realizar tudo quanto neste se idealizara em termos de aprofundamento doutrinal e corresponsabilidade pastoral...

Mas a maior dificuldade estava para vir ainda. O final dos anos sessenta e os anos setenta foram marcados por muitos abandonos do sacerdócio e por uma baixa drástica no número de seminaristas — abaixo da dezena nos últimos anos do curso, nos Olivais, na passagem da década —, circunstâncias estas que comprometeram irremediavelmente os planos e prazos de revitalização paroquial atrás sonhados.

Deveu-se particularmente ao novo e actual patriarca, a partir de 1971, que, apesar destas dificuldades eclesiais e doutras sociais, não se deixasse de pensar o futuro pastoral e paroquial da diocese em termos largos e não

³² In *Boletim de Informação Pastoral* 48-49 (Julho-Agosto-Setembro de 1966) 17: resumo da comunicação.

³³ *Ibidem*.

meramente episódicos ou de recurso. Foi assim que se conseguiu elaborar e aprovar o Plano de Acção Pastoral para o Patriarcado de Lisboa, que desde 1976 enquadrrou e continua a enquadrar a vida diocesana, entretanto territorialmente diminuída com a criação das dioceses de Santarém e Setúbal no ano anterior.

Mas é esse mesmo Plano que constata que “as paróquias não são verdadeiras comunidades, sofrendo desarticulação e individualismo dos seus membros, e as tentativas de encontrar novas formas de vida comunitária são pouco conhecidas, surgem desintegradas e são mal apoiadas e acompanhadas”; que “a igualdade de irmãos e a corresponsabilidade e participação de todos ainda são muitas vezes prejudicadas por inconsciência e passividade de uns e autoritarismo e centralização de outros”; e ainda que “há caminho a percorrer para se atingir um justo pluralismo em unidade de fé”³⁴.

É uma constatação de há quase vinte anos. Mas o Plano indica também caminhos a seguir para revitalizar a comunidade paroquial e inseri-la positivamente dentro da pastoral diocesana, a partir das suas indiscutíveis virtualidades próprias. Por isso se quer: “Partir da realidade paróquia e valorizá-la com experiência de comunidade. Não esquecer que a paróquia é o maior campo de acção da Igreja no Patriarcado. É preciso revitalizá-la tornando-a comunidade viva, onde haja uma atenção à vida concreta das pessoas, onde as celebrações litúrgicas sejam também celebrações dessa vida, à luz da fé. A paróquia deve contribuir para um compromisso de cada cristão com todos os irmãos, como testemunho explícito de fé e de amor”³⁵.

Recordando o que ouvimos atrás, mesmo nas primeiras décadas do século, não há absoluta novidade neste desiderato, embora se acentue, naturalmente, a carga vivencial, interpessoal e de compromisso. São, afinal, constantes numa época da história do mundo e da Igreja em que a tónica é posta mais fortemente na motivação de cada um, no empenho escolhido e assumido numa causa comum. Porém, o andar do tempo evidenciou cada vez mais que só se poderia seguir por aqui.

E, sobretudo na grande cidade, o crescimento populacional foi obrigando a esquecer de vez o sonho de reconstituir a paróquia unitária doutros tempos e a assumir na vida eclesial o pluralismo e a diversificação de contactos e pertenças. A paróquia começa então a entrever-se como

³⁴ Plano de *Acção Pastoral para o Patriarcado de Lisboa*, 1976, separata do *Boletim Diocesano de Pastoral*, 9.

³⁵ *Ibidem*, 12.

“comunidade de comunidades”, âmbito largo para experiências parciais. Daí que o Plano de 1976 continue assim: “Isso supõe a capacidade de equacionar a paróquia actual com novas formas de vida comunitária, numericamente menos numerosas e enriquecidas com dinamismos novos. Fomentar essas novas experiências, acompanhando-as desde o início, estimulando o sentido de criatividade. A paróquia será a unidade mais ampla a envolvê-las e unificá-las. Da riqueza e da vitalidade destes pequenos grupos lhe vem muito da sua força evangelizadora. A sua estrutura deve ser bastante aberta para não subjugar ou sufocar a eclosão de pequenas comunidades dentro dela”³⁶.

Aqui sim, estamos perante algo de relativamente novo na consideração da realidade paroquial. Tão novo que quase vinte anos depois ninguém dirá estar integralmente cumprido. Neste sentido, ainda haverá Plano para muitos anos... Trata-se, de facto, de aceitar franca e positivamente a realidade contemporânea, dos espaços dilatados e complexos em que as definições territoriais são importantes mas não exclusivas e hão-de tomar-se muito mais como ocasião de encontro para experiências individuais e associativas diversas do que como modelo bastante de realização comunitária. Por isso também, já o mesmo Plano acrescenta: “Paralelamente à paróquia, devem fomentar-se outras formas de vivência comunitária da fé, em grupos constituídos a partir de outra base, tais como os jovens, os marginais, os marítimos, etc, e que estarão em comunhão com os grupos paroquiais na unidade da Igreja diocesana”³⁷.

Entramos assim em plena actualidade e urgência. Neste rápido esboço histórico da nossa paroquialidade, em tempos de “liberalismo”, de afirmação do indivíduo, de criação de sociabilidades novas mais do que integração natural nas antigas, chegámos à situação presente em que todos sabemos não ser possível recuperar pura e simplesmente os enquadramentos eclesiais de outros tempos. A paróquia é um serviço básico e insubstituível da comunhão eclesial. Mas não a esgota, nem é capaz de a realizar cabalmente. Aproxima-a, integra-a, estimula-a e complementa-a, mas não é suficiente nem total.

Muito menos há-de querer-se “totalitária”, disse-o D. António Ribeiro, falando ao XV Colóquio Europeu de Paróquias, em 5 de Julho de 1989: “A paróquia, comparada pelo Papa João XXIII ao fontanário da aldeia a que todos acorrem para matar a sede, tem de ser um espaço plural, um lar aberto às mais diversas sensibilidades, um projecto acolhedor das

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Ibidem*, 12-13.

diferenças das pessoas e das mentalidades. Uma paróquia monolítica, rigidamente estruturada, anquilosada na rotina ou na burocracia dos seus serviços, nunca foi, em tempo algum, resposta adequada às necessidades espirituais dos homens. Do mesmo modo, uma paróquia de vocação totalitária, isto é, que se afirma como a única realidade eclesial no seio da diocese, não pode desempenhar a sua missão. ‘De facto — como escreve o Papa na ‘Christifideles Laici’ — são absolutamente necessários muitos lugares e formas de presença e de acção para levar a palavra e a graça do Evangelho às várias condições de vida dos homens de hoje. Muitas outras funções de irradiação religiosa e de apostolado do ambiente, no campo cultural, social, educativo, profissional, etc, não podem ter como centro ou ponto de partida a paróquia’(26)”³⁸. E, mais adiante, aponta algumas metas a atingir pela paróquia actual: “flexibilidade das estruturas, criação de formas de participação e corresponsabilidade, lançamento de pequenas comunidades eclesiais de base, cooperação entre as diversas paróquias do mesmo território e destas com as associações e movimentos apostólicos”³⁹.

Podemos ficar por aqui, pois estamos em absoluta actualidade. Mas talvez se possa esquematizar o que vai dito, no que me parece ter sido a evolução do projecto paroquial na diocese de Lisboa em tempos “liberais”. 1º) – Tentativas de recuperação do quadro paroquial pré-liberal; 2º) – Constatação da impossibilidade de tal desiderato, a partir do pós-Concílio; 3º) – Nova consideração da paróquia no quadro da Igreja e da (nova) evangelização: é a fase em que nos encontramos e a última citação bem ilustra.

MANUEL CLEMENTE

³⁸ D. A. RIBEIRO, *Homilia* de 5 de Julho de 1989, in *Lumen*, 50 (Agosto-Setembro de 1989) 331.

³⁹ *Ibidem*, 332.